**Negociações Angola / FMI, no âmbito do Acordo de Crédito Contigente (SBA) de 2009 e o programa de financiamento ampliado (EFF) de 2016**

**Resumo**

O

Objetivo desta pesquisa consiste na análise cuidadosa, visando as negociações realizadas entre Angola/FMI, tendo em conta os critérios utilizados pelo FMI, no âmbito do acordo de crédito contigente “SBA”[[1]](#footnote-1) e o programa de financiamento ampliado “EFF”, baseados nos períodos das negociações, recomendações, o montante do empréstimo e a duração dos termos do contrato, bem como, o processo da diversificação da economia nacional, a integração do país em África e a análise teórica da situação macroeconómica, social e financeira que o país tem enfrentado nos últimos tempos. Em 2009 Angola solicitou um empréstimo ao FMI, com o objetivo de prestar assistência na gestão do impacto da crise internacional, restaurar os equilíbrios macroeconómicos e reforçar as reservas internacionais, bem como, incluir uma agenda de reforma estrutural de curto prazo, promover o crescimento do sector não petrolífero e restaurar a confiança no mercado nacional e internacional, no âmbito do acordo SBA. Nesta senda, as discussões tiveram a duração de quatro meses aproximadamente, tendo sido aprovado no dia 23 de Novembro de 2009, cuja duração foi de 27 meses e o montante de USD 1.4 mil milhões. Para tal, o programa considerou um conjunto de instrumentos de políticas onde foi reservada a política fiscal e o papel fundamental para a consecução dos objetivos definidos. Com a segunda monitorização pós-programa realizada em Março de 2014 pelo FMI, concluiu-se que Angola beneficiara da estabilização macroeconómica alcançada durante o acordo SBA de 2009-2012, na medida em que o país regressara a um caminho de crescimento económico sólido onde o PIB cresceu cerca de 2,4% em 2009 para 6,8% em 2013, a inflação caíra para 7,7% no final de 2013, a posição das reservas internacionais era forte, aumentando em 145% para os USD 30 632 milhões face a 2012 e uma taxa de câmbio estável. Os objetivos pretendidos foram concluídos e a dinâmica das mudanças estruturais não ocorreram a um ritmo considerável capaz de demostrar importantes proteções face a eventuais choques externos, com potenciais impactos na recuperação económica.

Sete anos depois, no passado mês de Março de 2016, Angola volta a consultar o FMI, para a discussão de um programa económico que pudesse ser apoiado por um acordo de três anos ao abrigo do EFF, pelo facto da economia angolana continuar a ser negativamente afectada pelos choques do preço do petróleo no mercado internacional, cuja variação foi na ordem dos 49% face ao período de 2014 para 2015, o que implicou a forte dependência das receitas petrolíferas e a fraca diversificação da actividade económica do país. As receitas públicas do país são provenientes de 95% das exportações do petróleo o que implica de certo modo uma instabilidade muito grande na economia. A situação actual do baixo preço do petróleo, de acordo com o OGE 2016, as receitas fiscais totais em 2015 registou uma queda de 26% face ao executado em 2014, em linha com a queda de 46% das receitas petrolíferas, obrigando o governo a adoptar uma política fiscal mais contraccionista subjacente ao corte de cerca de 27% nas despesas públicas. O programa de financiamento ampliado “EFF” é utilizado para os países membros que enfrentam graves problemas de médio prazo na balança de pagamentos por causa de deficiências estruturais cuja resolução exige tempo, segundo o FMI, para o governo angolano as negociações tratava-se de um instrumento financeiro direcionado às reformas estruturais, a diversificação da economia nacional, a aceleração da remoção de externalidades que afetavam o ambiente de negócios e o reforço da balança de pagamentos, com vista a promover a sustentabilidade macroeconómica e financeira. Uma das análises feitas pelo FMI durante as negociações entretanto foi o abrandamento no crescimento económico para 3% em 2015, devendo-se a desaceleração significativa do sector não petrolífero face ao observado em 2014. O saldo da conta corrente entrou em défice, e em Maio de 2016, a taxa de inflação atingiu os 29,2%. O aumento da taxa de inflação refletiu, a depreciação do Kwanza em 40% desde os finais de 2014 e os efeitos da remoção dos subsídios aos combustíveis retrucou o abrandamento da actividade económica cada vez mais este ano. Portanto, o grau de exigibilidade para a obtenção do financiamento, a transparência nas contas do governo, a publicação dos dados reais do orçamento geral do estado que o FMI exigiu, a posição confortável em termos de reservas externas suficientes para cobrir cerca de 7 a 8 meses de importações, o contexto favorável do preço do petróleo que se aproxima dos 50 USD e tendo em conta o momento em que foi feito o pedido de assistência técnica no âmbito do EFF no período em que o preço do petróleo estava USD 30 fez com no final do mês de Junho, segundo informação veiculada pelo Fundo, o Presidente de Angola informasse ao FMI da decisão em manter somente o diálogo com a instituição no contexto das consultas ao abrigo do Artigo IV e não a discussão tendo em vista o Programa de Financiamento Ampliado.

**P**

**alavras-Chaves:** Acordo de crédito contigente “SBA”, Programa de financiamento ampliado “EFF”, negociações, recomendações, diversificação da economia nacional, Sry Lanka, contexto actual da economia angolana, a crise em Angola, o contexto da integração económica de Angola em África, Analise dos dados, hipótese.

**Abstract**

T

he purpose of this research is a careful analysis, targeting the negotiations between Angola / IMF, taking into account the criteria used by the IMF under the Stand-By Arrangement (SBA) and the Extended Fund Facility (EFF) based on periods the negotiations recommendations, the loan amount and duration of the contract terms and the process of the national economy diversification, the country's integration in Africa and the theoretical analysis of the macroeconomic, financial and social situation that the country has faced in the last times. In 2009 Angola has requested a loan from the IMF, in order to assist the impact of the management of the international crisis, restore macroeconomic balances and strengthening international reserves, as well as include a short-term structural reform agenda, promote non-oil sector growth and restore confidence in the domestic and international markets under the SBA agreement. In this regard, discussions lasted about four months, and was approved on November 23, 2009, which lasted 27 months and the amount of USD 1.4 billion. To this end, the program considered a number of policy instruments which was reserved for fiscal policy and the key role for the achievement of defined objectives. With the second post-program monitoring carried out in March 2014 by the IMF, it was concluded that Angola benefited from the macroeconomic stabilization achieved during the 2009-2012 SBA, to the extent that the country had returned to solid economic growth path where the GDP grew by 2.4% in 2009 to 6.8% in 2013, inflation fell to 7.7% at the end of 2013, the position of international reserves was strong, increasing by 145% to USD 30,632 million face to 2012 and a stable exchange rate. The intended objectives were completed and the dynamics of structural changes did not occur at a considerable pace able to demonstrate significant protection against possible external shocks, with potential impacts on economic recovery.  
Seven years later, in the month of March 2016, Angola consulted again the IMF to discuss an economic program that could be supported by a three-year arrangement under the EFF, the fact that the Angolan economy continues to be negatively affected by the oil price shocks in the international market, the variation was of around 49% over the period 2014 to 2015, which led to heavy reliance on oil revenues and the lack of economic activity diversification in the country. Government revenues in the country come from 95% of oil exports which implies a sense a very great instability in the economy. The current situation of low oil prices, according to the State Budget 2016, total tax revenues in 2015 fell by 26% against the run in 2014, in line with the drop of 46% of oil revenues, forcing the government to adopt a more underlying contractionary fiscal policy to cut about 27% of public expenditure. The EFF is used for member countries facing serious medium-term problems in the balance of payments because of structural deficiencies whose resolution requires time, according to the IMF, to the Angolan government negotiations it was a financial instrument directed to structural reforms, the diversification of the national economy, accelerating the removal of externalities affecting the business environment and strengthening the balance of payments, to promote macroeconomic and financial sustainability. One of the analyzes made by the IMF during negotiations but was the slowdown in economic growth to 3% in 2015, which was a significant slowdown in non-oil sector compared to that seen in 2014. The current account balance went into deficit, and in May 2016, the inflation rate reached 29.2%. The increase in the inflation rate reflected the depreciation of the kwanza by 40% since the end of 2014 and the effects of the removal of fuel subsidies said the slowdown in economic activity increasingly this year. Therefore, the degree of liability for obtaining financing, transparency in government accounts, the publication of the actual data from the state budget that the IMF demanded a comfortable position in terms of sufficient foreign reserves to cover about 7 to 8 months of imports, the favorable context of oil prices approaching 50 USD and taking into account the time when the application was made for technical assistance under the EFF in the period when the oil price was USD 30 made in end of June, according to information provided by the Fund, the President of Angola inform the decision of the IMF in only maintain dialogue with the institution in the context of the consultations under Article IV and not discussion in view of the EFF .

**Abreviaturas e Acrónimos**

SADC - Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral.

PIB - Produto Interno Bruto.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano.

IPC - Índice de Preço ao Consumidor.

INE - Instituto Nacional de Estatística.

BCSL - Banco Central do Sry Lanka.

CE - Comissão Europeia.

Bps/dia - barril de petróleo por dia.

RIL - Reservas Internacionais Líquidas.

BT - Bilhetes de Tesouro.

PND - Plano Nacional de Desenvolvimento.

FMI - Fundo Monetário Internacional.

PME - Pequenas e Médias Empresas.

MEA - Mercado Económico da África.

CEEAC - Comunidade dos Estados da África Central.

UA - União Africana.

ZEE - Zona Económica Especial.

**OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo.**

BNA - Banco Nacional de Angola.

OGE - Orçamento Geral do Estado.

SBA - Stand By Arrangement (Acordo de Crédito Contigente).

ONU – Organizações da Nações Unidas.

EFF - Extended Fund Facility (programa de Financiamento Ampliado).

BNA- Banco Nacional de Angola

**Introdução**

A

ngola é um país localizado na costa oeste do continente africano, fazendo parte dos países membros da SADC[[2]](#footnote-2), na África Austral país grande, sendo o 4° maior da África Sub-Sahariana, com um território geográfico de 1.246.700 quilômetros quadrados, com 25,02 milhões de habitantes, e uma costa de 1.650 Km quadrados banhado pelo Oceano Atlântico, cuja expectativa de vida é de 52,3 anos e a taxa de alfabetização de 70,6%, o PIB *per capita* atinge os 4.102,1 dólares/ano. O Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD[[3]](#footnote-3) de 2014/2015 com o tema o trabalho como motor do desenvolvimento humano ainda classifica Angola como um país baixo e coloca-nos em 149º lugar em 188 países com um IDH[[4]](#footnote-4) de 0,532, pois, apenas 62,6% da população vivem em áreas urbanas, o país continua a ter um dos níveis de urbanização mais baixos da África, e no mundo, apesar da população de Luanda estar próxima de ultrapassar 6.542.944 pessoas.

**A crise em Angola**

É

de notar que, em 1974 Angola entrou num período conturbado de guerra, neste período, a estrutura produtiva do país deteriorou a um ponto de quase paralisação de muitos sectores tradicionais da indústria. Diante da guerra, em 1975 o PIB *per capita*[[5]](#footnote-5) já atingia USD 459, e em 2000 o PIB per capita situava-se em torno de USD 607,4, a taxa de crescimento médio do PIB era de 2,4%, o investimento do capital teve um crescimento médio anual de 2,4% visto que, naquele período o sector privado era praticamente inexistente, e o sector público é quem doava todos os seus esforços e, actualmente temos assistido o contributo de determinados sectores a nível económico mas, o problema principal que levou o país, a enfrentar a crise económica, financeira e cambial desde 2014, consistiu no aumento da oferta por razões tecnológicas, o excesso de petróleo no mercado internacional, a quebra nas receitas com a exportação de petróleo por efeito da descida da cotação do barril de crude nos mercados internacionais bem como a petrodependência que o país vive, visto que 95% das receitas públicas serem extraídas do petróleo. Além disso, a crise veio para representar grandes desafios para os países exportadores de petróleo, especialmente para aquelas economias que ainda têm de se tornar mais diversificada como é o caso de Angola, razão pela qual, no segundo semestre de 2014, a economia angolana passou a ser considerado como um facto histórico devido a queda do preço do barril de petróleo superior a 50% estando a oscilar desde já, por volta dos 50 USD, o que por sua vez, influenciou de certo modo alguns sectores da economia tais como: O declínio do sector petrolífero em 3,5%, devido aos problemas operacionais restritivos da produção física em alguns blocos de produção; o crescimento do sector não petrolífero em 8,2%, o quadro constante da taxa de inflação medida pelo IPC em 7,48% refletindo nesse ano uma trajectória de queda contínua, a depreciação da taxa de câmbio em 1,79%, visto que, assistiu-se uma evolução crescente do KZ/USD 96,6 em 2013 para KZ/USD 98,3, em 2014. A RIL diminuiu em 8,6%, consequentemente a diminuição das reservas internacionais brutas em 4,32%, comparado com o ano anterior isto é, a variabilidade contínua do preço do petróleo nos mercados internacionais, passando de USD 52 em 2015 para USD 30 no princípio do ano em curso, representara aproximadamente um declínio de 48% em 12 meses, que por sua vez provocou um abrandamento na economia angolana devido ao acréscimo ligeiro do PIB de 3% em 2015, inferior aos 4,8% registados em 2014. O sector não petrolífero cresceu ligeiramente em 2,1%, devido á atrasos sucessivos na execução de investimentos essenciais, de eletricidade e do sector industrial e por conseguinte, o crescimento do sector da energia em 2,5%, o sector da construção em 3,5%, o sector diamantífero em 3,2% e o sector da agricultura com 0,2%, contudo, o país ainda apresenta um potencial elevadíssimo para expandir a mineração pois, apenas são conhecidos 40% dos recursos minerais de Angola.

As receitas de Angola diminuíram em 11 p.p provenientes do PIB, a variação das receitas globais do petróleo em 11,2 p.p do PIB[[6]](#footnote-6), de igual modo, aumentou as receitas não-petrolíferas, como consequência, para conter algumas perdas, o governo angolano fez subir algumas taxas de imposto de consumo em bens e serviços de vários produtos existente no mercado bem como o incremento da taxa de imposto aos combustíveis, o que ajudará a colmatar as receitas em 2016. Portanto, o quadro dos preços baixos do barril do petróleo, a desvalorização da moeda nacional e a escassez de divisas nos mercados formais e informais, provocou na economia angolana, uma redefinição das despesas públicas para assegurar a sustentabilidade da agenda do desenvolvimento social e económico do país.

**O processo da diversificação da economia angolana**

A

diversificação da economia é uma estratégia de desenvolvimento de negócio que o país utiliza para entrar em linhas de negócios adicionais, diferentes dos produtos “dependência do sector petrolífero”, serviços ou mercados actuais. Nesta senda, o governo angolano, tomou algumas providências, tendo em conta o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND)[[7]](#footnote-7) 2013-2017, a preservação da estabilidade macroeconómica e a implementação de uma agenda de reformas estrutural pois, constituem elementos essenciais para a estratégia de diversificação, segundo ministro das Finanças de Angola, Armando Manuel. O relatório do FMI nº15/301 diz que, uma economia mais diversificada protegerá melhor a economia das flutuações dos preços do petróleo e tornará o crescimento mais inclusivo, pois, o programa Angola investe, lançado em janeiro de 2013, é a peça-chave da política do governo de fomento à produção interna, com foco nas PME, reduzindo os custos dos obstáculos administrativos, incluindo para a constituição de novas empresas. Além disso, foi aprovada nova legislação para fomentar o sector privado, incluindo:

A lei n.º 11/15, da Simplificação do Processo da Constituição das Sociedades Comerciais, que procura reduzir a burocracia e facilitar o processo da constituição das empresas, publicada no Diário da República em 17 de Junho de 2015.

A Lei n.º 14/15, do Investimento Privado que visa reduzir a burocracia e simplificar o processo da tomada de decisões do investimento privado, publicada em Diário da República, em 11 de Agosto de 2015.

A Lei do Trabalho n.º2/00, que visa promover a criação de emprego e a formalidade do mercado de trabalho, aumentando a flexibilidade laboral para as PME.

O relatório do ministério das finanças de 2016 referiu que os sectores mas dinâmicos em termos de crescimento para Angola consistia na agricultura, energia, construção, diamantes e a indústria transformadora, visto que no passado a agricultura, era afectada pelo clima de insegurança do país, causada pela excessiva dificuldade que os agricultores encontravam na obtenção de sementes, fertilizantes e outros factores de produção, bem como na comercialização dos seus produtos aos consumidores nas zonas urbanas. Em Angola apenas 3% do total das terras eram cultiváveis, actualmente o sector agrícola ainda é limitado em várias zonas devido a presença de algumas minas espalhadas no período de guerra, e autossuficiente com relação a obtenção dos produtos. A economia agrícola ainda afecta o crescimento do sector não petrolífero, em consequência da seca que assolou algumas áreas extensas do país afetando negativamente a actividade agrícola no ano de 2012 causando um crescimento negativo na ordem dos 22,5%. A dinâmica produtiva do sector agrícola continua a ser marcada por fortes abrandamentos, traduzindo uma trajectória instável e insustentável do crescimento do sector.

A energia hidroelétrica, constitui uma das principais fontes de eletricidade do nosso país, e o ramo de energia e água em 2005 apresentava uma participação de apenas 0,2% do PIB e actualmente esta contribuição esta avaliada em 12% o que pressupõe um crescimento proveniente de vários investimentos feitos no sector, realçando a recuperação e edificação de barragens, as linhas de transporte de energia, subestações e redes de distribuições.

Quanto ao sector da construção tem-se verificado mas, em algumas regiões do país tais como: Luanda, Malange e no Sul da Huíla, com o objetivo de alargar os projetos de investimentos das regiões menos acessíveis e reduzir o isolamento de maior acesso e por conseguinte reduzir a pobreza, e este sector contribuíu com 3,5% do PIB. O programa governamental sobre a diversificação da economia nacional tem subjacente um forte investimento em vias de comunicação, redes energéticas, criação de estruturas fabris e polos de desenvolvimento com as respetivas infraestruturas de apoio, entre outras áreas.

O sector mineiro no âmbito do processo da diversificação da economia nacional, contribuíu com cerca de 3,2% do PIB, visto que, uma das principais áreas estratégicas da economia que vai gerar um contributo valioso além do sector petrolífero é o sector mineiro, através da utilização dos seus recursos mineiros tais como: fornecimento de matérias-primas para as indústrias transformadoras nacionais e estrangeiras e na substituição de importações de matérias-primas de origem mineira. Nesta senda o executivo tem tomado a peito, alguns programas para o relançamento de alguns subsector de Ferro e Manganês, nomeadamente a Indústria Siderúrgica, com o objetivo de revitalizá-los e assegurar a implementação de desenvolvimento e industrialização do país bem como, aproveitar o potencial dos minerais existentes a nível de todo país. Espera-se contudo que haja desenvolvimentos que garanta a criação de novos empregos, novas indústrias e polos de desenvolvimento mineiro, a modernização do tecido mineiro e industrial, o aparecimento de novas empresas com tecnologias modernas, o aumento da produção interna, a redução de exportações, a captação do investimento externo directo e a contribuição efetiva para o aumento das taxas de crescimento médio do PIB. Portanto, o processo da diversificação da economia nacional, tendo em conta os esforços contínuos do governo na criação de novas estratégias, para a repartição do produto interno bruto de modo equitativo no sector petrolífero e não-petrolífero tem contribuído para reduzir a dependência do sector, face a queda brusca do preço do petróleo ocorrida nos últimos anos.

**Angola no contexto da integração económica de África**

F

alar do mercado angolano requer frisar no acesso aos mercados regionais pois, o país faz parte da SADC, da CEEAC e da Comissão do Golfo da Guiné, com mais de 527 milhões de pessoas e um PIB de aproximadamente 624 milhares de milhares de dólares, os 26 países membros da comunidade constituem 57% da população da UA e pouco mais de 58% em termos de contribuição do PIB. O contexto da integração económica dos países africanos em comunidades regionais acarreta grandes vantagens, principalmente na criação de economias de escala em termos de produção, na distribuição bem como na comercialização de bens e serviços, isto é, se as comunidades económicas de África, unirem-se e trabalharem para criar áreas de livre comércio, e realizar transações comerciais de modo a exportar produtos manufaturados no mercado global, será benéfico pois, os países adotarão os padrões internacionais de qualidade e de preço. Portanto, o mercado angolano, já esta a implementar o programa de fomento da produção nacional, os polos de desenvolvimento industrial e agroindustriais e a ZEE[[8]](#footnote-8), isto fará com que a longo prazo haja novas oportunidades de exportações para as PME, a diversificação da economia nacional, e consequentemente acordos e parcerias comerciais com os outros países da região e do mundo. A integração económica deve ser vista também, do ponto de vista político de modo a criar o desenvolvimento económico e social dos estados membros interventores e não a partir da visão unidimensional: a liberalização tarifária, pois constitui como prioridade a estratégia de produção e não a liberalização de comércio.

**A crise de 2009/2010**

E

m 2008, Angola tornou-se, o maior exportador de petróleo de todo o continente Africano e o 4º maior produtor de diamantes do mundo e isto permitiu que o país se tornasse vulnerável antes da crise mundial, devido a implementação das políticas fiscais monetárias expansionistas, a sobrevalorização da taxa de câmbio, o aumento das despesas públicas, o crescimento das receitas petrolíferas, bem como, o aumento do PIB em 20% no período compreendido entre 2006 a 2008, face ao crescimento do *deficit* fiscal não petrolífero. O quadro apresentado em 2009 foi deprimente devido a crise mundial “económica e financeira”, e a consequente descida dos preços das matérias-primas pois, no final de 2008 e o início de 2009 o preço à vista do barril de petróleo caiu de USD 97 para USD 44, isto causou um choque económico externo de grandes proporções na economia angolana devido a sua dependência, onde a **OPEP**[[9]](#footnote-9) **interveio** reduzindo a quota de Angola em cerca de 20%, pois na posição de realce que encontrava-se, sofreu com a queda acentuada dos preços desse produto. A descida do preço do petróleo originou o enfraquecimento das posições fiscais externa, a depreciação da taxa de câmbio, a subida ligeira da taxa de inflação, ao mesmo tempo que o saldo orçamental e as contas externas passaram de excedentários para deficitários e, como consequência da conjugação de factores adversos, o BNA lutou de modo a manter a estabilidade da taxa de câmbio oficial, visto que o governo teve de desfazer-se das disponibilidades em divisas que mantinha junto do banco para financiar as suas despesas, as reservas utilizáveis caíram de USD 6 mil milhões para USD 10 mil milhões, pois o PIB real indicou uma posição estacionária em 2009, como reflexo da quebra na produção de petróleo (-6%) e a desaceleração acentuada do ritmo do crescimento da economia não petrolífera para 6,75%, contra uma média de 19% no período 2005/08. O declínio das receitas petrolíferas em 2009 provocou a transformação dos excedentes nas finanças públicas e da posição externa em défices substanciais. A taxa de câmbio oficial depreciou em duas etapas distintas 4% no segundo trimestre e mais 10% após a retoma dos leilões de divisas, enquanto a taxa de câmbio no mercado paralelo sofreu forte depreciação, tendo atingido uma diferença máxima de 25% em relação ao final de Setembro. A taxa de inflação subiu de uma média de 12,5% em 2008 para 14% nos doze meses findos em Agosto, apesar do abrandamento económico, mas a situação piorou de tal maneira que as autoridades angolanas viram-se forçadas a tomar medidas monetárias e orçamentais, contenção de despesas públicas, o racionamento das vendas de divisas e preservação da solvabilidade externa do país, e foram tomadas numa sequência aparentemente forçada pela evolução dos acontecimentos, e não foi suficiente, segundo o FMI, para restaurar a confiança nos mercados, tendo continuado a verificar-se a pressão sobre as reservas em divisas bem como o alargamento do “*spread*” entre as taxas de câmbio oficial e paralelo, tendo este último atingido um pico de 25% em Setembro. Para sair do buraco e recuperar-se Angola teve que recorrer ao FMI para pedir financiamento no âmbito do acordo SBA.

**Negociações Angola/ FMI**

As discussões no âmbito do acordo SBA, realizadas em Luanda, teve a duração de 4 meses aproximadamente pois, o período correspondente foi de 25 de Maio a 30 de Setembro 2009[[10]](#footnote-10), donde em Agosto a delegação do FMI fez uma avaliação das medidas macroeconómicas adotadas pelas autoridades angolanas de modo a conter o excesso da despesa pública e privada, e no mês seguinte foi realizada a última visita com o objetivo de desenvolver negociações para um programa mediante o qual o FMI podia prestar assistência a Angola na gestão do impacto da crise internacional na sua economia, onde foi apresentado ao FMI uma proposta que mereceu aprovação em 23 de Novembro, nos termos do qual o FMI concede a Angola uma facilidade de crédito de USD 1.4 mil milhões da qual, reveste particular significado por se tratar o maior pacote financeiro disponibilizado pelo FMI na presente crise enquadrada num típico SBA, com uma duração de 27 meses, incluindo algumas medidas de ajustamento da política económica dirigidas ao restabelecimento dos equilíbrios macroeconómicos e ao reforço das reservas em divisas internacionais.

**Acordo de Crédito Contigente “Stand By Arrangement”**

O programa SBA aprovado pelo FMI referiu-se em três pontos principais tais como:

1. Ajustar o orçamento de modo a reduzir significativamente o défice primário bem como, reduzir as despesas de aquisição de bens e serviços, sem levar em conta as receitas petrolíferas, e salvaguardar a realização das despesas sociais e as despesas em infra-estruturas vitais para o desenvolvimento.
2. Reforçar o sistema de gestão orçamental e as regras de transparência na contabilização das despesas e das receitas públicas bem como o ajustamento controlado das taxas de câmbio, no quadro de uma política monetária mais rigorosa, no sentido de normalizar as condições de funcionamento do mercado cambial com o funcionamento dos leilões de divisas e a flexibilidade deslizante da taxa de câmbio.
3. Manter a confiança do sistema financeiro, incluindo medidas de reforço das funções de regulamentação e de supervisão do BNA, em ordem a limitar os riscos decorrentes da desaceleração económica e dos elevados montantes atingidos pelos empréstimos em moeda estrangeira, sem cobertura de risco de câmbio, típicos de uma economia altamente “dolarizada”.

**Recomendações ditadas pelo FMI**

A

s recomendações foram baseadas em fazer reformas profundas visando a criação de condições de desenvolvimento sustentável dos sectores não petrolíferos, isto é reformas direcionadas para maior competitividade das empresas e estimular o investimento privado, criar um fundo soberano, utilizando parte das receitas de recursos não renováveis em activos financeiros para a sua transformação bem como estabelecer reservas financeiras estratégicas petrolífera, para a criação de infra-estruturas de base dentro da adoção orçamental e circunscrever os recursos necessários de modo a pagar os projetos feitos de alta prioridade e construir infra-estruturas de base.[[11]](#footnote-11)

Criar um “fundo de estabilização” onde o pacote das despesas de investimento poderia ser definido com base na tendência dos preços do petróleo, reservando a receita excedentária do petróleo de épocas mais favoráveis para assegurar que o programa de investimento em infraestruturas prossiga sem interrupções em tempos difíceis e adoptar um cenário fiscal de médio prazo capaz de romper o ciclo de expansão e contração da despesa de investimento, e demostrar maior transparência e coordenação mais estreita entre a petrolífera estatal Sonangol[[12]](#footnote-12) e o orçamento.

Três políticas corretivas foram apontadas pelo FMI causando assim, impacto no desempenho da economia angolana, e a primeira consistia na maior imposição de previsibilidade da transferência das receitas da Sonangol para o Tesouro, a segunda referiu-se na monitorização das receitas do petróleo devidas e pagas, com base numa regular partilha de informações entre instituições, e por último, a retirada gradual e incorporação no OGE das despesas quase-fiscais anteriormente realizadas pela Sonangol. Nesta senda, no âmbito deste acordo, as autoridades angolanas conseguiram atingir todos os objetivos macroeconómicos preconizados, tais como: a estabilidade da taxa de câmbio, o declínio da taxa de inflação, o reforço das reservas internacionais líquidas, a regularização da dívida interna contraída em 2009, bem como a recuperação do crescimento, além disso, conseguiram dar passos importantíssimos na estabilização da economia nacional, a recuperação da crise, e grandes progressos atingidos na recomposição das margens de manobra das políticas públicas.

**O Fundo Monetário Internacional (FMI)**

O

FMI,  é uma [organização financeira internacional](https://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_internacional), criada em julho de 1944, nos Estados Unidos, New Hampshire, numa conferência da ONU em *Bretton Woods*, cuja função principal consiste em oferecer ajuda financeira pontual e temporária aos seus países membros que apresentem dificuldades económicas, ou de recursos para adesão de alguma política estrutural e social pois, Cete anos depois da realização do acordo Stand By, Angola voltou a solicitá-lo no sentido de pedir assistência técnica no quadro dos requisitos do programa de Financiamento Ampliado[[13]](#footnote-13) com o objetivo direcionado nas reformas estruturais voltadas para a diversificação da economia nacional a médio prazo, e reforçar a balança de pagamentos bem como definir políticas económicas a serem tomadas para garantir a sustentabilidade macroeconómica e financeira do país e cuja principal missão do FMI, consistiu, na discussão de uma agenda para os próximos três anos de reforma, garantindo a menor preocupação para a actividade económica a curto prazo bem como a recolha de dados para a formulação de políticas.

**Negociações Angola/ FMI**

As discussões no âmbito do acordo EFF, teve a duração de 2 meses aproximadamente, e o período correspondente foi de 12 de Abril a 14 de Junho de 2016, onde as discussões, estiveram na base dos recentes desenvolvimentos económicos, fiscais, monetários e cambial do país, bem como a avaliação das reformas que o governo tem vindo a implementar, sobretudo no domínio fiscal, visando a manutenção da estabilidade macroeconómica e financeira, o estímulo do potencial económico do sector privado com vista a reduzir a dependência do sector petrolífero, e a reforma tributária voltada à simplificação do sistema fiscal, o alargamento da base tributária e a redução da evasão fiscal mas, as negociações não foram concluídas, porque na realização da última visita feita no mês de Junho de 2016, o governo angolano desistiu da obtenção do financiamento pois segundo o economista Ricardo Velloso que dirigiu a missão a Luanda o apoio financeiro do FMI para Angola poderia chegar ao valor máximo de USD 4.5 mil milhões considerando o acesso normal, embora o programa de assistência tenha a duração de três anos, cujo período de reembolso poderia variar entre 4 e 10 anos.

**Recomendações ditadas pelo FMI**

A

s recomendações ditas pelo chefe da missão do FMI, para as autoridades angolanas ao abrigo do EFF, estiveram na base da criação de um fundo de estabilização fiscal no sentido de poupar parte dos recursos gerados com a exportação de petróleo e colmatar futuras flutuações, a prevenção da volatilidade que o preço do petróleo vem causando na economia angolana em períodos de crise e a poupança de recursos para o futuro, “a ideia geral é que se poupe em períodos em que o preço esteja alto e que se transfira desse fundo recursos para o orçamento quando o preço estiver mais baixo”, adequar os níveis de gastos do estado a nova realidade e diversificar a economia nacional além do petróleo, bem como possibilitar e implementar um imposto sobre o valor acrescentado dentro da reforma tributária levada a cabo pelo governo angolano pois, esse imposto é fundamental para se manter uma certa estabilidade de arrecadação tributária.

Durante o encerramento da visita, o corpo técnico do FMI no âmbito das reformas fizeram o delineamento de alguns pressupostos concernente ao ajustamento das políticas económicas à nova realidade do sector petrolífero internacional, a adoção de um conjunto de medidas que reduzam a vulnerabilidade da sua economia e elevar a prudência fiscal, partilhar de um modo claro a estratégia para equilibrar o mercado cambial e recorrer a uma taxa de câmbio mais flexível suportada por uma política monetária restritiva de modo a conter a inflação bem como, permitir que o sector privado impulsione o crescimento económico ao fomentar um sector financeiro forte e ambientável de negócio para incentivar a poupança e o investimento privado como pressupostos básicos da diversificação económica bem como melhorar a eficiência e a transparência.

Acredito que, o grau de exigibilidade para a obtenção do financiamento, a transparência nas contas do governo, a publicação dos dados reais do orçamento geral do estado que o FMI solicitou, a proximidade das eleições, a posição confortável em termos de reservas externas, suficientes para cobrir cerca de 7 a 8 meses de importações, o contexto favorável do preço do petróleo que se aproxima dos USD 50 e tendo em conta o momento em que foi feito o pedido de assistência técnica no período em que o preço do petróleo rondava os USD 30 influenciara de certo modo, na decisão do presidente da república a desistir do financiamento e manter o diálogo com a instituição no contexto das consultas ao abrigo do Artigo IV e não a discussão tendo em vista o EFF, segundo informação veiculada pelo Fundo.

U

m dos exemplos citados neste artigo é o Sry Lanka[[14]](#footnote-14)visto que,recentemente recorreu ao FMI para pedir financiamento no âmbito do acordo EFF.É um país asiático, situada na ilha do oceano índico a sudoeste da Índia, com uma superfície terrestre de 65 610 km2, cuja língua oficial “sinhala e o tâmil”, a população é estimada em 20 277 597 milhões de habitantes, a moeda principal é a rúpia cingalesa, e cuja expectativa de vida 74,4 anos, a taxa de alfabetização é de 92,7%, e o PIB *per capita* atinge USD 3 926.2, é considerado um país alto cuja posição esta em 73º em 188 países com IDH de 0,757 segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD de 2014/2015, a economia é baseada na exportação de produtos primários têxteis como grafite, chá, coco, borracha, remessas dos cidadãos que trabalham no exterior, turismo, e outros produtos agrícolas etc. O Sry Lanka enfrentava uma crise na balança de pagamento, decorrentes das despesas efetuadas para aplicar as promessas da campanha eleitoral do novo partido político eleito em janeiro de 2015 bem como, o aumento dos salários no sector público cuja meta do mesmo consistia em estabelecer mecanismos eficazes para a reconciliação, a criação de instituições democráticas, melhorar a governação, a transparência e a prestação de contas, abolir a corrupção e formular estratégias económicas de crescimento elevado e inclusive sustentada, o que de certo modo, originou os desequilíbrios macroeconómicos e um declínio na confiança dos investidores.

E

m 2015 o PIB real registou um crescimento na ordem dos 4,8% permanecendo constante desde 2014, devido ao forte crescimento do turismo, a agricultura, e a manufatura, mas em contrapartida houve um declive na construção e na fabricação que constituem indicadores do investimento público e privado bem como, o impacto negativo das políticas internas desequilibradas, e um ambiente externo cada vez mais difícil, mas actualmente a economia estimada do Sry Lanka, tem funcionado abaixo do seu potencial razão pela qual, no final de 2015, a taxa de desemprego permaneceu a volta dos 4,3%, a taxa de inflação global foi de 2,8% caindo marginalmente para 2% a partir de Março de 2016, o *deficit* fiscal do governo expandiu-se para 6,9 % do PIB em 2015, embora, se tenha registado um aumento das receitas de 1,5 p.p, para 13,1 p.p do PIB, isto refletiu principalmente as medidas pontuais de arrecadação de impostos devido ao aumento temporário das importações de veículos, o aumento dos gastos públicos em 2,1 p.p, para 19,9 p.p do PIB, em decorrência de 0,8% do aumento salarial de pós-eleição bem como o aumento de programas de transferência de renda. O *deficit* em conta corrente foi contido a 2,5% do PIB em 2015, ao mesmo nível que em 2014, e o saldo global de pagamento deteriorou-se significativamente em 2015, apesar da melhoria dos termos de troca. A dívida pública aumentou de 70,7% em 2014 para 76% em 2015, refletindo em parte o financiamento da dívida do *deficit* fiscal, mas a depreciação da rupia causou um impacto significativo sobre o estoque da dívida denominados em moeda estrangeira. A captação das importações não energéticas nomeadamente veículos, o crescimento negativo das exportações, o crescimento robusto nas receitas do turismo e o crescimento nulo em remessas, permitiu de certo modo, que o *deficit* em conta corrente deteriora-se de um *superavit* USD 2,6 bilhões em 2014 para um excedente de apenas USD 691 milhões em 2015 e os fluxos de capital também foram a força motriz por trás da deterioração da balança de pagamentos. O enfraquecimento do capital e das finanças decorrentes da saída de estrangeiros de títulos públicos, a queda dos preços das acções em 6% em 2015, menores fluxos de IDE, e implementação lenta de projetos públicos e privados financiados externamente permitiu que o sentimento dos investidores piorasse, refletindo a volatilidade do mercado global e a preocupação com as políticas internas implementadas. Os diferenciais do Sri Lanka a 5 anos do Tesouro dos EUA foram alargados em relação a outros países asiáticos desde o início de 2015, refletindo o enfraquecimento dos fundamentos macroeconômicos e o sentimento dos investidores. A rupia continuou a enfrentar o fluxo de capital, e grande parte da pressão refletiu o baixo desenvolvimento. A rupia foi realizada relativamente estável durante os primeiros oito meses de 2015 depreciando cerca de 2% com BCSL o valor de USD 1,9 bilhões para o mercado de câmbio. No entanto, as repercussões foram ampliadas por desequilíbrios internos, como evidenciado pela maior volatilidade em torno das duas eleições (Janeiro e Agosto de 2015), bem como o orçamento oficial aprovada em Novembro de 2015, implicou que os mercados de títulos cambiais e governamentais fossem voláteis em Março de 2016, destacando rigidez em ambos os sistemas.

**Negociações entre o Sri Lanka e o FMI**

A

s discussões[[15]](#footnote-15) duraram cerca de três meses aproximadamente, na cidade de Colombo capital do Sry Lanka e os encontros de Primavera em Washington foi no período correspondente entre os dias 01 e 05 de Fevereiro e 31 de Março a 11 de Abril de 2016[[16]](#footnote-16), e foi aprovado a concessão de crédito no dia 3 de Junho de 2016 um montante equivalente a SDR 1.1 bilhões, cerca de USD 1,5 bilhões, para apoiar a agenda de reformas económicas do país e corrigir os desequilíbrios subjacentes do sector fiscal externo, através da melhoria da sustentabilidade orçamental e reconstruir as reservas de divisas, no período de 36 meses. A decisão do conselho executivo permitirá um desembolso imediato de SDR 119,894 milhões, e o restante estará disponível em 6 parcelas sujeita a revisões trimestrais.

**Programa de Financiamento Ampliado “EFF”**

O programa apoiado pelo FMI pra o Sry Lanka, visa fornecer uma âncora política para a estabilidade macroeconómica e as reformas estruturais, reforçando a resiliência externa em um ambiente global desafiador, a transição em direção a metas de inflação com um regime de taxa de câmbio flexível e promover o crescimento económico sustentável e inclusivo bem como oferecer ao novo governo uma oportunidade para redefinir as políticas macroeconómicas, as principais vulnerabilidades de endereço, aumentar as reservas e apoiar a estabilidade e resiliência, bem como, aumentar a competitividade e a integração com os mercados regionais e globais por meio da reforma e do comércio e melhorar o ambiente de investimento. Aplicar determinadas reformas para reforçar a capacidade do Sri Lanka no sentido de atrair novos investidores e melhorar as perspetivas de crescimento sustentado a médio prazo, reduzindo assim, os riscos fiscais;

Em síntese os objetivos principais do programa se relacionam com a política fiscal, a balança de pagamentos, e medidas para implementar um aumento estrutural das receitas, facilitando a redução do *deficit* fiscal;  inverter o declínio no banco central e as reservas cambiais; reduzir a dívida pública em relação ao PIB e diminuir o risco de sobre-endividamento do Sri Lanka, bem como, melhorar a gestão das finanças públicas e as operações das empresas estatais.

**Recomendações ditadas pelo FMI**

A

s recomendações consistiram em identificar, mitigar os fatores de risco para limitar potenciais ganhos de eficiência durante e após o processo de implementação pois, será a chave para a criação de um sistema financeiro eficiente, rentável, e que servirá melhorar as necessidades de uma economia em crescimento; reduzir o *deficit* fiscal de 2016 para 5,4% do PIB, de modo a mover-se rapidamente nas decisões de políticas, despesas fiscais e aprovação do conselho de ministros.

Criar uma estratégia clara a curto prazo para definir e abordar as obrigações pendentes das empresas estatais, no sentido de ampliar a base tributária, reduzir isenções fiscais, e introduzir uma nova lei *Inland Revenue*; a médio prazo reforçar as receitas com base na nova reforma das políticas fiscais e de despesa, apoiados para modernizar a administração das receitas e da gestão financeira pública.

O BCSL deve tomar medidas activas para reconstituir a margem de reserva não-emprestados, abordar o protecionismo através da revisão de tarifas e para-tarifas bem como remover as barreiras à entrada de investimento estrangeiro e de estabelecimento, melhorar o acesso ao financiamento e fortalecer a infraestrutura do mercado financeiro; a reestruturação das operações é uma peça chave para alcançar ganhos de eficiência, e garantir que as fusões sejam acompanhadas por um progresso contínuo na governança corporativa. Por fim, recomenda-se cautela com relação ao endividamento externo através do sistema bancário.

As medidas de curto prazo de ajustamento e de reformas estão assentes nos seguintes pilares:

Consolidação orçamental, visa na redução sustentada do défice orçamental do governo de modo a reduzir a dívida pública, reforçar a confiança dos investidores e reduzir o endividamento do governo.

Mobilização de receitas, consiste em simplificar o sistema fiscal e alargar a base tributária para garantir a transparência e equidade, criar espaço para os gastos com infraestrutura e o capital humano.

Gestão financeira pública, de modo a controlar forte e consistentemente ao longo de compromissos de gastos para manter as despesas no alvo e eliminar o desperdício cujo, orçamentos será transparente de modo a informar sobre as receitas não recebidas de isenções e benefícios fiscais, bem como os riscos de empresas estatais.

Reformar as empresas estatais, supervisionando e disciplinando financeiramente as empresas estatais de modo a reforçá-la.

Reforçar a política monetária, o banco central do Sri Lanka vai procurar manter a inflação baixa, enquanto a transição para um regime cambial mais flexível e um quadro de metas de inflação flexível bem como facilitar o comércio e o investimento, reduzindo o protecionismo para aumentar as oportunidades de exportação, a competitividade e ajudar a facilitar uma maior integração em cadeias de suporte de fornecimentos globais perspetivas de investimento e crescimento[[17]](#footnote-17).

**Análise dos dados**

**Financiamento do acordo SBA**.

Dados

Direitos especiais de saque SDRs: 286,3 milhões

Limite estabelecido para um programa normal SBA, não havendo pedidos excepcionais: 300%

Taxa de câmbio por cada direito especial de saque: 1,71694027% USD/SDR

Resolução

286,3 milhões \* (300%/ 100) \* 1,7694027 = 1.475,68 mil milhões de dólares.

Interpretação

R: 1.475,68 mil milhões de dólares norte-americanos representam o valor que Angola recebeu no âmbito do acordo SBA, para repor os equilíbrios macroeconómicos fundamentais e absorver os efeitos da crise, bem como, ajustar a balança de pagamento a curto prazo.

**Financiamento do acordo EFF.**

Dados

Direitos especiais de saque SDRs: 740,1 milhões

Limite estabelecido para um programa normal EFF, não havendo pedidos excepcionais: 435%

Taxa de câmbio por cada direito especial de saque: 1,4 USD/SDR.

Resolução

740,1 milhões \* (435%/ 100) \* 1,4 = 4.507,209 mil milhões de dólares.

Interpretação

R: 4.507,209 mil milhões de dólares norte americanos, representa o possível valor que Angola poderia beneficiar-se da assistência financeira do FMI, no âmbito do acordo de financiamento ampliado caso as negociações fossem concretizadas.

**O acordo EFF com o Sry Lanka.**

Dados

Direitos especiais de saque SDRs: 578,8 milhões

Limite estabelecido para um programa normal EFF, não havendo pedidos excepcionais: 185%.

Taxa de câmbio por cada direito especial de saque: 20,71 USD por cada SDR.

Resolução

Montante do acordo = SDRs 578.800 milhões \* 185%

= SDRs 1 070, 78 milhões.

SDRs 578,8 milhões \* 20,71 USD = SDRs 119, 87 milhões

Interpretação

R: SDR 1 070,78 milhões representa o montante acordado entre as autoridades do FMI e do Sry Lanka no âmbito do acordo EFF. SDRs 119,87 representa o possível valor desembolsado pelo FMI, para apoiar a agenda de reformas económicas do país e corrigir os desequilíbrios subjacentes no sector fiscal externo, através da melhoria da sustentabilidade orçamental e reconstruir as reservas de divisas.

**Conclusão**

Concluindo, Angola enfrentara a crise da cotação do barril de crude nos mercados internacionais em 2009, cuja solução foi a obtenção do financiamento disponibilizado pelo FMI, no âmbito do acordo SBA, obtendo assim a solução desejada para a saída da crise e garantir a estabilidade macroeconómica do país, pois Cete anos depois o país deparou-se com a mesma situação, e recorreu ao FMI para obtenção do financiamento no âmbito do acordo EFF, donde as negociações não se concretizaram pelos motivos acima referidos, pois é uma pena porque, com a realização do acordo EFF, Angola podia fazer um alinhamento das políticas económicas, com vista a promover as políticas ligadas a estabilidade macroeconómica e microeconómicas de modo a atingir as políticas desejadas e estas por sua vez apoiarem na diversificação da economia nacional bem como, relevar o papel das políticas externas nomeadamente as políticas cambiais e comerciais com vista a profundar a diversificação, exportando bens mas competitivos para fazer face a procura de divisa, isto por sua vez, criar instituições que pudessem sustentar e reforçar a diversificação produtiva da economia, daí a relevância das políticas sectoriais, direcionadas ao sistema financeiro e a promoção das políticas industriais onde as políticas industriais pudessem ser intensivas em mão de obra adequando-se as capacidades humanas existentes com vista a promover o bem-estar dos cidadãos.

**Referências**

Pograma das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Relatório de desenvolvimento Humano, Work Human Development, página 201 a 273.

International Monetary Fund (IMF), Abril de 2016, Word Economic and Financial Surveys, Regional Economic outlook. Sub- Saharan Africa, Time for a Poly Reset, página 83 a 111.

The World Bank, World Data Bank, databank.worldbank.org/data/, acesso 25 de Agosto de 2016.

Fundo monetário Internacional, as estimativas e projeções feitas pelo corpo técnico do FMI (pressupostos de base do WEO em 25 de agosto de 2015), Relatório do FMI n.º 15/301, página 2 a 40.

Fundo monetário Internacional, relatório n.º 14/274P, elaborado pelo corpo técnico sobre as consultas de 2014 ao abrigo do artigo IV, página 4 a 60.

Southern African Development Community, home <http://www.sadc.int/member-states/angola/>.

Instituto Nacional de Estatística (INE), RGPH, estimativas recentes do ano de 2014, censo.ine.gov.ao/ página 58 a 46.

Leitão, Amadeu Nunes, mercado económico em Angola, Perspetiva de Evolução 2015, [www.cim-altominho.pt/fotos/editor2/apresentacaovianadecastelo2015.pdf](http://www.cim-altominho.pt/fotos/editor2/apresentacaovianadecastelo2015.pdf), página 2 a23.

Blanchard, Olivier (Olivier J.) Macroeconomia: Teoria e política econômica/ Olivier Blanchard; tradução do 2 ed original de Maria, José Cyhlar Monteito. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2001 – 10ª reimpressão, página 46 a 111.

Human Development Report 2011, Sustainability and Equity: A Better Future for All, <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/271/hdr_2011_en_complete.pdf>.

Orçamento Geral do Estado (OGE), relatório de fundamentação do orçamento geral do estado 2015, <http://www.info> angola.ao/attachments/article/4467/1\_OGE\_2015, pagina 7 a 36.

The World Bank, perspectiva econômica de Angola, worldbank.org/pt/country/angola/.

Fundo Monetário Internacional, relatório n.º15/302, imf.org/external/lang/, página 6.

Perspectivas Económicas na África, oecd.org/countries/angola/35350793.pdf.

Orçamento Geral do Estado (OGE), relatório de fundamentação do orçamento geral do estado 2016.

<http://www.embangola.at/dados.php?ref=Principais%20Sectores%20da%20Economia>.

Jornal, Economia e Mercado, 06 de Outubro 2010, economiaemercado.sapo.ao

Http://www.suapesquisa.com/geografia/petroleo/opep.htm.

<Http://economiaemercado.sapo.ao/mercado-e-financas/fmi-apoia-a-economia-angolana-analise-da-conjuntura-nacional>.

Relatório elaborado pelo corpo técnico do FMI tendo em conta o relatório da sexta e última missão de avaliação do acordo Standby estabelecido com o Executivo de Angola em 2009 publicado no dia 11 de Maio de 2012.

Http://www.mercado.co.ao/global-report/o

Ideia chave do economista Ricardo Veloso em um comunicado de imprensa e publicado no jornal Expansão e o F8 de 13 de Maio.

Http://www.imf.org/external/lang/portuguese/np/sec/pr/

Department of Census and Statistics. «Census of Population and Housing 2011» (en ingles).

Http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD?locations=DM-LK PNUD (14 de Dezembro de 2015). Consultado el 12/01/16

Http://consulanka.org.br/op\_economia.html

IMF and Sri Lanka.www.imf.org/external/country/LKA/index.htm

Http://www.imf.org/external/country/LKA/index.htm

Http://www.imf.org/external/np/fin/tad/exfin2.aspx?memberkey1=895&date1Key=2016-06-30

1. Define-se como um programa de crédito utilizado para ajudar os países membros a lidar com problemas de curto prazo na balança de pagamentos mediante um conjunto de regras sobre as quais se condicionam os desembolsos, segundo o FMI. [↑](#footnote-ref-1)
2. SADC é um bloco econômico e político composto por 15 países da África Austral (região sul do continente), foi criada em 1992 para incentivar as relações comerciais com os seus 14 países membro e Angola tonou-se membro em 1992. [↑](#footnote-ref-2)
3. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) é a rede mundial das Nações  
   Unidas para o desenvolvimento que defende a mudança e que liga os países ao conhecimento, experiência e recursos, também ajuda as pessoas a construírem uma vida melhor. Esta no terreno em 188 países, a trabalhar com os governos e as populações em soluções próprias para enfrentarem os desafios de desenvolvimento nacional e mundial. [↑](#footnote-ref-3)
4. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida composta, sintética de desenvolvimento que desafia as avaliações econômicas do progresso nacional. [↑](#footnote-ref-4)
5. PIB per capita é um indicador macroeconómico, calculado a partir da divisão do PIB pelo número de habitantes da região e indica quanto cada habitante produziu em determinado período, e é o primeiro indicador utilizado para analisar a qualidade de vida em um país. [↑](#footnote-ref-5)
6. É uma medida do valor dos bens e serviços que o país produz num período, na agropecuária, indústria e serviços e com o objetivo de medir a atividade econômica e o nível de riqueza de uma região. Quanto mais se produz, mais se está consumindo, investindo e vendendo. [↑](#footnote-ref-6)
7. O Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) é o primeiro plano de médio prazo elaborado no quadro da nova constituição do país e após a aprovação da Lei de bases gerais do sistema nacional de planeamento. [↑](#footnote-ref-7)
8. A **ZEE Luanda-Bengo** é um espaço fisicamente demarcado, dotado de Infraestruturas adequadas à instalação de empresas capazes de fomentar a produção, criar emprego, fomentar a competitividade e inovação, beneficiando em termos fiscais de um estatuto especial. [↑](#footnote-ref-8)
9. A OPEP é uma organização internacional formada por países que são grandes produtores de petróleo, e foi fundada em 14 de setembro de 1960. [↑](#footnote-ref-9)
10. Uma equipa de técnicos formados pelos Srs. Mecagni (chefe) e Rosa (ambos do AFR), Sra. Richmond (FAD), Sr. Op de Beke (SPR) e Sr. Staines (Representante Residente) esteve em Luanda no período de 25 de Maio a 8 de Junho de 2011. A Sra. Yackovlev (AFR) participou da missão a partir da sede do FMI. A equipa manteve discussões com a Ministra do Planeamento, o Ministro das Finanças, o Ministro da Economia, o Governador do Banco Central e outras altas autoridades, bem como agentes do mercado financeiro e do sector privado e membros das comunidades académica e diplomática. [↑](#footnote-ref-10)
11. Este fundo é financiado pela afetação do equivalente a 100.000 barris da produção diária de petróleo para projectos de infra-estrutura altamente prioritários (inicialmente com foco no abastecimento de água e geração de energia). As operações deste fundo estão integralmente refletidas no orçamento. [↑](#footnote-ref-11)
12. A Sonangol tem desempenhado um papel central nas operações financeiras do governo desde os tempos da guerra civil; o desenvolvimento das capacidades do Estado tem possibilitado a dissociação total entre as operações orçamentais e as atividades da estatal do petróleo. [↑](#footnote-ref-12)
13. Extended Fund Facilities são empréstimos de prazos mais longos (três anos ou mais) e dadas as suas condicionalidades, se transformam em verdadeiros receituários para os países em dificuldade de gestão econômica. [↑](#footnote-ref-13)
14. O Sri Lanka tornou-se membro do FMI em 29 de Agosto de 1950, e tem uma quota do FMI de SDR 578,8 milhões. [↑](#footnote-ref-14)
15. Statement by Mr. Subir Vithal Gokarn, Executive Director and Mrs. Swarna Gunaratne, Alternate Executive Director on Sri Lanka , June 3, 2016. [↑](#footnote-ref-15)
16. Elementos presentes durante as discussões são: O primeiro-ministro Wickremesinghe, Ministro das Finanças Karunanayake, Banco Central do Sri Lanka Governador Mahendran, Secretário do Tesouro Samarathunga, outros altos funcionários e do setor privado e representantes da sociedade civil. A equipe de funcionários Composta Mr. Schneider (cabeça), o Sr. Nozaki, Mr. Washimi (todo APD),  
    Ms. Diouf (SPR), Ms. Kvintradze (representante residente) e Mr. Wijeweera (economista local). Ms. Kochhar (APD) também se juntou para parte da missão, e Ms. Gunaratne (OED) participaram das discussões políticas. S. George, M. Inoue, e Q. Zhang também assistida na preparação deste relatório. [↑](#footnote-ref-16)
17. Elaboradas no dia 2 de junho de 2016, entre o governo do Sry Lanka e o FMI. [↑](#footnote-ref-17)